

A retomada das relações entre Cuba e EUA: o fim da Guerra Fria na América Latina?

Marcos Antonio da Silva*
Professor da UFGD
marcossilva@ufgd.edu.br

Introdução

O anúncio conjunto, por Raúl Castro e Barack Obama, da retomada das relações entre Cuba e EUA, em dezembro de 2014, tem um significado histórico de amplo alcance nas relações regionais, demarcando a possibilidade de superação de um dos últimos (e mais evidentes) vestígios da Guerra Fria e gerando inúmeros debates e expectativas. Tal anúncio significou também a possibilidade de normalização das relações entre os países, algo inédito e depois de mais de cinquenta anos de tensões e conflitos, e o início de um processo que, apesar de algumas iniciativas já desenvolvidas, ainda necessita percorrer um longo caminho, superando as demandas de cada parte, para que a normalização se torne efetiva.

As relações entre Cuba e EUA foram, desde a tardia independência da ilha caribenha, intensas e com um padrão de anormalidade que delineou a política externa de cada nação e influenciou, em certos momentos, a dinâmica das relações regionais. Neste sentido, a presença estadunidense no momento de efetivação do processo de independência, consolidada com a famosa Emenda Platt, determinou a dinâmica política da jovem república cubana e, principalmente, permitiu que tal presença atingisse todos os setores da vida do país, da cultura à economia. Desta forma, os EUA tornaram-se o principal parceiro comercial e político, inclusive com foro de tutoria da ilha, enquanto as questões cubanas emergiam como prioritárias na agenda externa norte-americana, como fornecedora de açúcar, destino de investimentos e interesses geoestratégicos.

Tal dinâmica foi alterada com a vitória revolucionária em 1959. Porém, tal relação continuou prioritária, embora fundamentada numa nova lógica de conflito, condicionada pelos marcos da Guerra Fria. Isto porque os interesses mostraram-se inconciliáveis dentro do novo marco político. Desta forma, no caso cubano, a nova

liderança e sua proposta de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas do país a partir da reforma agrária, nacionalização, autonomia, industrialização, igualdade e ampliação da ação estatal (entre outras) gerava inúmeros conflitos com os interesses norte-americanos.¹ Por outro lado, a projeção internacional norte-americana dependia de sua hegemonia nas relações com as nações latino-americanas, sendo, portanto, necessário construí-la, submetendo os países da região em prol de tais interesses, consolidados em torno do pan-americanismo².

Sendo assim, tal relação foi condicionada pelos marcos da Guerra Fria e determinou, em grande medida, a dinâmica das relações interamericanas, inclusive após o fim dos conflitos entre as superpotências, mantendo-se até o presente momento. Desta forma, Cuba passou a atuar em prol de transformações na região enquanto os EUA procuraram isolar o nascente regime cubano e manter o *status quo* regional. Além disto, tal conflito também incidiu sobre as relações entre as duas superpotências (EUA e URSS) como revelam os acordos derivados da Crise dos Mísseis do início dos anos 1960.

Em suma, forjadas nos quadros da Guerra Fria, tal relação foi determinante para o desenvolvimento da política externa de cada país ao longo das últimas cinco décadas: do lado americano, o apoio e a promoção de regimes de segurança nacional que impedissem o advento de novas ondas revolucionárias; do lado cubano, o incentivo e o apoio material a governos que demonstrassem um rompimento com tal perspectiva. Desta forma, a relação entre Cuba e EUA manteve-se como a principal herança da Guerra Fria na América Latina e, quiçá, em todo o planeta. Somente a persistência da lógica da Guerra Fria poderia explicar o comportamento americano, mesmo após a queda do bloco soviético.

Disto resulta que o anúncio da retomada das relações entre os dois países em dezembro de 2014, depois de meses de negociação e a consequente abertura de embaixadas, emerge como um dos acontecimentos fundamentais das relações interamericanas neste novo século e requer uma análise aprofundada. Neste sentido, este trabalho analisa o processo de restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e EUA, procurando compreender sua dinâmica, as motivações iniciais e, principalmente, as perspectivas para sua continuidade, considerando as demandas e os cenários para a normalização (ou não) de tais

relações e os impactos que isto pode provocar no cenário regional, a partir dos interesses estratégicos de cada nação e do novo contexto regional.

Para tanto, este trabalho está estruturado da seguinte forma. Na primeira parte, após um breve balanço do conflito, analisa-se a dinâmica e as motivações da retomada de relações entre Cuba e EUA. Em seguida, discute-se a recente visita do presidente Barack Obama a Cuba e os condicionantes da normalização de tal relação. Finalmente, analisa-se o impacto de tal retomada nas relações regionais, considerando as perspectivas do sistema interamericano no novo século.

Cuba e EUA: novo século – velhas ou novas relações?

A Revolução Cubana foi, acima de tudo, uma revolução nacionalista que se radicalizou no contexto mencionado (Guerra Fria) e nos marcos da relação dos EUA com a América Latina.³

Neste sentido, a referência fundamental do movimento liderado por Fidel Castro estava em José Martí, herói cubano das lutas de independência, o que se mantém até a atualidade. Além disto, não havia contatos ou apoio da URSS durante a luta revolucionária, o que só ocorreu após a vitória guerrilheira. Sendo assim, pode-se afirmar que foi a reação norte-americana às medidas tomadas pelo nascente governo associada às limitações do contexto internacional que determinaram a aliança cubano-soviética, pois, como afirma Wayne Smith, o último embaixador americano na ilha,

Até a ruptura das relações, em janeiro de 1961, não havia vínculos sólidos entre Castro e a União Soviética. Por certo, houve a visita do diplomata Anastasio Mikoyan a Cuba em 1960 mas não havia então uma relação social entre Moscou e Havana. Eu diria, inclusive, que a aproximação ocorreu definitivamente na véspera da invasão da Baía de Porcos, em abril de 1961. Castro estava a par de todos os preparativos e tinha certeza de que era só uma questão de tempo. No entanto, não pensava que enviaríamos apenas alguns milhares de exilados. Estava convencido de que várias divisões de soldados da marinha se seguiriam ao primeiro desembarque, o que não foi o caso. (...) Cuba se aproximou da União Soviética, em grande parte, por causa de nós, por causa da política dos Estados Unidos. Castro estava convencido – com razão – de que utilizaríamos todos os recursos necessários para derrotá-lo.⁴

Desta forma, podemos destacar que o contexto e as opções de cada nação conduziram igualmente à dinâmica de conflito e, no caso cubano, à opção soviética, que, embora dependente, indica uma relativa autonomia, como observado na atuação cubana na América Latina e, principalmente, nos conflitos africanos. Ainda, como aponta Ayerbe (2004), inúmeras medidas, de ambas as partes, contribuíram para o rompimento que se consolida em 1961 com a declaração do caráter socialista da revolução cubana⁵.

Desde então, a lógica do conflito determinou a relação com inúmeras medidas de parte a parte. No caso cubano, predominou a perspectiva (e necessidade, segundo seus dirigentes) de ampliação da revolução, o que levou ao engajamento cubano em diferentes continentes (Ásia, África e América Latina), ao desenvolvimento de uma perspectiva revolucionária, cujo grande adversário eram os EUA, suas políticas ou governos simpáticos a estas. Do lado americano, uma ocupação foi apoiada (a invasão da Bahia dos Porcos) e desenvolveu-se posteriormente uma política de isolamento da experiência cubana fundamentada na doutrina de segurança nacional, na recepção de imigrantes cubanos (com mais benefícios que seus congêneres latino-americanos), na construção de um embargo comercial (de longa duração) e de inúmeras tentativas de desestabilizar o governo de Havana ou eliminar suas lideranças.⁶ Tal política orientou as relações entre os anos 60 e 90.

Em suma, a lógica da Guerra Fria⁷ associada à construção da hegemonia estadunidense na região (Ayerbe, 2002) foi determinante para o padrão de conflito, e anormalidade, na relação entre ambas as nações. Neste sentido, como apontam Pecequillo e Forner:

O início da Guerra Fria, em 1947, representou o retorno das ações de intervenção e o congelamento da política regional. À exceção da criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), respectivamente em 1947 e 1948, os EUA não apresentaram políticas específicas ao hemisfério. Na lógica da Doutrina Monroe, e da Guerra Fria, o hemisfério era 'fora dos limites' da disputa bipolar com a União Soviética e não haveria riscos ao sistema interamericano. Esta percepção ia se demonstrar equivocada e Cuba foi seu tipo ideal.⁸

Com o fim da Guerra Fria e o desmantelamento do bloco soviético, emergiram perspectivas de que tal relação evoluísse para uma nova dinâmica que, no entanto, não se concretizou. Como aponta Dominguez, apesar da sensação inicial de vitória

por parte do governo norte-americano no início da década, derivada da compreensão das dificuldades internas enfrentadas pelo regime e da diminuição da intensidade da projeção internacional de Cuba, com o fim da aliança com os soviéticos, o retorno das FAR ao país e a diminuição de seu apoio aos movimentos revolucionários, principalmente na América Latina, a estratégia fundamental dos EUA continuou sendo o acirramento do confronto, tornando tal questão um aspecto fundamental da política externa do país através da promulgação de inúmeras leis e documentos que apontavam para o endurecimento do embargo econômico para castigar aliados e sócios comerciais do país.⁹

O resultado mais evidente deste processo foi o desenvolvimento de duas leis que procuravam aprofundar as dificuldades econômicas da ilha, partindo do pressuposto de que isto minaria o consenso e o apoio social ao regime, conduzindo necessariamente a um processo de transição que deporia Fidel Castro do poder. Em 1992, dentro do marco do Cuba Democracy Act, surgiu a lei Torriceli, proposta por um deputado do partido democrata, que reforçou o embargo, proibindo as subsidiárias de empresas norte-americanas no exterior de comercializarem com Cuba, estabelecendo punições para comerciantes que negociassem e para países que fornecessem subsídios à ilha e limitando o número de autorizações para turistas dos EUA viajarem a Cuba.

Já em 1996, o presidente Clinton aprofundou estas medidas, sancionando a lei Helms-Burton. Tal lei contém quatro seções; a primeira regulamentava o embargo, tornando-o lei, e proibia o presidente dos EUA de normalizar as relações com Cuba ou formular qualquer política sem a aprovação do congresso e, finalmente, estabelecia que os diretores americanos de instituições financeiras internacionais não deveriam aceitar Cuba como membro e não deveriam conceder a aprovação de empréstimos para o país. A segunda seção enumerava os requisitos e fatores, combinação de restrições e incentivos, a serem empregados para avaliar se e quando seria efetiva uma transição à democracia no país. Na terceira seção, concedia-se aos cidadãos e empresas norte-americanos o direito de processar, nos EUA, aqueles que utilizassem propriedades nacionalizadas pelo governo cubano no início da revolução. E, finalmente, a quarta seção impedia a entrada nos EUA de executivos de alto escalão e de acionistas majoritários, e suas famílias, das

companhias que mantinham negócios com Cuba instalados nos imóveis que pertenciam a empresas americanas.

Como apontam Dominguez e Alzugaray Treto¹⁰, considerando o âmbito interno, tais ações reforçaram, ao invés de fragmentar, o apoio ao governo propiciando a manutenção do discurso nacionalista, criaram um ambiente internacional mais favorável à recuperação econômica, pois, diversos países se recusaram a agir conforme os interesses da diplomacia de Washington e continuaram suas relações econômicas com Cuba, considerando a ilha um mercado aberto a seus interesses; e, finalmente, não contribuíram para o desenvolvimento da democracia, ao propiciar ao regime cubano manter a unidade e diminuir o impacto de possíveis cisões, o qual afirmava enfrentar uma guerra com um inimigo poderoso e deveria, com isso, exercer maior controle interno (ALZUGARAY TRETO, 2003; DOMINGUEZ, 2004, SERBIN, 2011)¹¹.

Em suma, a Guerra Fria continuou, até certo ponto, determinando a política interna e externa do país. A face mais visível continua sendo a conflitiva relação com os EUA e o aprofundamento do embargo americano. Somente a persistência da lógica da Guerra Fria parece explicar esse comportamento americano, mesmo após a queda do bloco soviético, pois, como afirma o ex-embaixador americano em Cuba,

Os anos se passaram e ainda estamos na mesma situação absurda. Sempre me pergunto quais são as razões que nos impedem de sentar à mesa de negociações e falar sobre nossas diferenças para encontrar uma solução para esse conflito que já dura tanto. Conversamos com os chineses e temos relações diplomáticas e comerciais perfeitamente normais com aquele país. Nós, inclusive, normalizamos nossas relações com o Vietnã, contra quem travamos uma guerra sangrenta, na qual perdemos mais de 50.000 soldados! Hoje, o mundo é diferente.¹²

Finalmente, a continuidade de tal lógica parece ser percebida, pelo menos por alguns setores de cada país, como equivocada e começa a ser superada com o anúncio da retomada das relações diplomáticas e a tentativa em curso de normalização de tal relação.

A recente reaproximação, com o reatamento dos laços diplomáticos, portanto, só pode ser compreendida considerando-se os interesses que orientam a atuação dos grupos que controlam a política de cada país, Raul Castro no caso cubano e

Barack Obama no estadunidense, e na perspectiva de construção, embora motivados por diferentes razões, de um novo arranjo regional.

No caso americano, a gestão de B. Obama procura enfatizar uma gestão de política interna e externa distinta e, com maior intensidade em seu segundo mandato, promove inovações no tratamento das questões globais e regionais, embora de forma branda, das perspectivas anteriores, procurando criar um legado para as futuras gerações. Neste sentido, tal gesto pode ser compreendido, como aponta Pecequillo e Forner (2015), como parte de um processo mais amplo, ancorado na proximidade do fim do mandato presidencial, de ações internas e externas que pudessem contribuir para um legado, pois,

a retomada das relações diplomáticas com Cuba no fim de 2014 faz parte do processo mais amplo de ofensivas políticas globais, regionais e internas do governo Obama (por isso a sua classificação intermestics). Em termos globais e regionais, o processo detém duas dimensões: a do descongelamento das interações com nações ditas 'inimigas' (párias, rogué states no original), buscando cooptá-las para afastá-las de parcerias com outras potências e enfraquecendo seu discurso de autonomia. A ação em Cuba muito se assemelha à negociação com o Irã para a interrupção de seu programa nuclear e permite um reposicionamento estratégico dos EUA. A segunda dimensão refere-se a incentivar ofensivas políticas positivas em questões controversas, colocando em xeque críticos das posições norte-americanas, esvaziando iniciativas de outras potências. (...) No que se refere à ofensiva doméstica, a questão cubana possui dimensões de contenção e cooptação de grupos de interesse, visando o fortalecimento do Partido Democrata, com foco nas eleições presidenciais de 2016.¹³

Tal estratégica, para atrair o eleitorado hispânico e fortalecer a projeção regional e global do país, estabelecendo um legado, também se fundamentou na constatação de que tal política não produzia os efeitos desejados, pois, como mencionou Obama¹⁴ em sua histórica visita a Cuba em março de 2016, ao discursar no grande Teatro de Havana, apontando que procurava superar uma herança da Guerra Fria: "Pero todavía muchas personas preguntan: ¿Por qué ahora? ¿Y por qué ahora? Y hay una simple respuesta: Lo que estaba haciendo Estados Unidos no funcionaba. Tenemos que tener la valentía de reconocer la verdad: una política de aislamiento diseñada para la guerra fría no tiene sentido en el siglo XXI, el embargo hería a los cubanos en vez de ayudarlos."¹⁵

Da mesma forma, consideramos fundamental a explicação multidimensional de Morgenfeld (2014) ao indicar que diversos fatores contribuíram para a ação

estadunidense. Em primeiro lugar, inserem-se as motivações geopolíticas, pois Obama pretende recuperar a histórica posição hegemônica norte-americana na região e eliminar focos de resistência às políticas do país; no caso cubano, trata-se de aprofundar o processo de reinserção regional. Em seguida, estariam as motivações econômicas, pois, enquanto os EUA pretendem acessar mercados e impulsionar sua atuação econômica regional, inclusive diante da ascensão da China ou de líderes regionais como o Brasil, trata-se, para Cuba, de passar a ter acesso a mercado e capitais, bem como eliminar os efeitos nocivos do embargo econômico. Além disso, como mencionado anteriormente, o ciclo eleitoral norte-americano contribuiu para tal iniciativa, como uma tentativa de obter o apoio hispânico, já almejado com a legislação migratória. Por fim, fatores de ordem geracional (de caráter pessoal e ideológico) parecem ter influenciado a tentativa de Obama, evidenciada em seus discursos, de superar uma política arraigada e sem efeitos, típica da Guerra Fria, impulsionando um *aggiornamento* da agenda norte-americana para o país e a região, enquanto que, para Raúl Castro, tal processo indica a possibilidade de conduzir e influenciar os rumos de tal aproximação, adotando um pragmatismo diferente de seu irmão, mas sem rupturas.¹⁶

No caso cubano, a ascensão de Raúl Castro contribuiu para o desenvolvimento de um processo de atualização e reformas denominado de “atualização do modelo” que, apesar de possuir uma grande complexidade e ter um caráter multidimensional, pois atinge todos os aspectos da vida no país, destaca-se por sua ênfase numa visão pragmática, interna e externamente, da política contemporânea que tem promovido mudanças na política doméstica e redefinições na política externa do país, com o desenvolvimento de novas estratégias e parcerias no cenário internacional.¹⁷

Neste sentido, Raúl tem promovido uma política mais pragmática, procurando solucionar problemas cotidianos da economia e política cubana, fundamentando-se em princípios e atitudes mais inclusivas e abrangentes que o discurso ideológico anterior¹⁸, embora sempre ressalte que a preservação das conquistas sociais da revolução¹⁹ e da soberania nacional são elementos indiscutíveis em tal processo.²⁰ Diante disso, pode-se constatar que a combinação de interesses domésticos e internacionais, embora distintos dos estadunidenses, conduziram ao processo de reaproximação com os EUA.

Por fim, vale mencionar o papel de mediação desempenhado pela Igreja Católica. Tal mediação foi importante para o desenvolvimento dos contatos iniciais e deve ser compreendida a partir das novas ideias e posturas conduzidas pelo Papa Francisco I, como a tentativa de fortalecer uma agenda ambiental, a preocupação com os refugiados e os problemas relativos à desigualdade e à pobreza. Além disto, tal participação revela que a Igreja Católica tem se tornado a principal interlocutora do governo cubano, destacando-se na emergente sociedade civil do país, e adquire relevância para atuar nos rumos do país.

Cuba e EUA: o fim da Guerra Fria?

Como aponta Delgado,

La declaración conjunta de ambos mandatários, el 17 de diciembre del 2014, de restablecer relaciones diplomáticas tras un arduo y hermético proceso de negociaciones, donde el gobierno de Canadá y el Papa Francisco jugaron un rol fundamental constituye, sin lugar a dudas, una nueva fase, a pesar de la posibilidad de un mandato republicano en Washington para el próximo periodo presidencial.²¹

Neste sentido, as medidas iniciais – liberação de viagens, envio de recursos, negociações comerciais pontuais, mudanças relativas a importação e exportação, dentre outras – de cada parte, para além da abertura de embaixadas, procuraram demonstrar um sinal de interesse na continuidade do processo mas, também, indicam as dificuldades de aprofundamento de tal processo ao deixarem de lado aspectos relativos ao embargo, às indenizações de cada parte, ao sistema político e à base de Guantánamo, dentre outros.

Desta forma, pode-se compreender os impactos da recente e histórica visita de Obama a Cuba pois, embora marcada pela cordialidade e pragmatismo, deixou evidente os desafios para a normalização das relações.

No caso cubano, duas demandas parecem ser fundamentais, como menciona Delgado: “el gobierno cubano ha reiterado que no puede haber relaciones normales ‘mientras se permanezca el bloqueo económico, comercial y financiero’ que al igual que la base naval de Guantánamo son temas espinosos en el largo camino que se presenta.”²² Além destas, certamente novas demandas, como a suspensão das transmissões da Rádio Martí em Miami, ou as diversas facetas, como a indenização

pelos efeitos do embargo econômico, de cada aspecto podem dificultar o processo de normalização. Da parte estadunidense, pode-se apontar que as demandas relacionadas ao sistema político e econômico, aos direitos humanos, a atuação da sociedade civil, bem como aspectos relativos às questões migratórias, dentre outras, podem também delimitar o aprofundamento de tal processo.

Também, neste sentido, o Ministro do Comércio Exterior e Inversão Estrangeira de Cuba, Rodrigo Malmierca Díaz, numa declaração à imprensa, antes da chegada de Obama, destacou que, apesar dos avanços, o obstáculo fundamental ainda é o embargo norte-americano, afirmando que:

El bloqueo es el principal obstáculo al desarrollo de Cuba, como lo demuestran los perjuicios que ha provocado a nuestro país, que superan los 121 mil millones de dólares. Aun adoptando medidas como las que acabo de mencionar, que están al alcance de las facultades ejecutivas del presidente Obama, no podríamos alcanzar una real normalización de las relaciones, pues el bloqueo seguiría vigente y se mantendría pendiente la solución de otros temas de alta importancia para Cuba, como por ejemplo, la devolución del territorio ocupado por la base naval de Guantánamo.²³

A partir disto, pode-se considerar que tal visita foi histórica e relativamente exitosa em certos aspectos. Entretanto, a dinâmica das relações entre Cuba e EUA ainda possui importantes desafios.

Em primeiro lugar, as demandas cubanas (o embargo comercial, Guantánamo, a Rádio Martí, entre outras) e as demandas norte-americanas (relacionadas ao sistema político, direitos humanos e sociedade civil) podem dificultar o aprofundamento das medidas de aproximação quando forem inseridas na mesa de negociação.

Ademais, existem incertezas sobre o significado de tal reaproximação para as políticas norte-americanas para a região. Ou seja, deve-se observar se esta representará (ou não) uma alteração da posição da América Latina na política externa norte-americana e a superação dos padrões tradicionais de hegemonia e dominação desenvolvidos ao longo do século XX. Desta forma, se tal aproximação significar somente a tentativa de reposição da hegemonia norte-americana para Cuba e a América Latina e a repetição do padrão histórico é difícil imaginar sua consolidação e aprofundamento. Se, pelo contrário, significar o desenvolvimento de um novo patamar nas relações regionais, sua possibilidade de sucesso será maior.

Finalmente, podemos destacar que a evolução de tal reaproximação dependerá, em grande medida, da dinâmica política interna de cada país. Neste caso, concordamos com Juan Valdés Paz quando afirma que:

Más en general, las próximas etapas del proceso de normalización se enfrentarán del lado norteamericano a las modalidades que futuras administraciones darán a su política hacia Cuba y al peso que le darán en ella a sus premisas geopolíticas. Del lado cubano influirá la marcha de su recuperación económica, los cambios institucionales y el grado de penetración que los Estados Unidos hayan alcanzado para entonces en la economía y la sociedad cubana.²⁴

Em suma, apesar das expectativas e avanços iniciais, as relações entre Cuba e EUA ainda enfrentarão uma longa e ardorosa negociação, considerando as demandas apontadas, para que se estabeleça uma efetiva normalização. Neste sentido, concordamos com Morgenfeld quando aponta que: “(...) Esto muestra que las negociaciones entre los gobiernos de Washington y La Habana serán más largas y complejas que lo que muchos pronosticaron en diciembre pasado”²⁵. Portanto, trata-se do primeiro passo de uma longa e necessária jornada de superação definitiva das heranças da Guerra Fria na América Latina e da tentativa de construção de relações equilibradas no continente.

Conclusão

Este trabalho procurou discutir o processo, complexo e tortuoso, da retomada das relações entre Cuba e EUA e sua normalização efetiva, algo inédito na relação entre estes países e importante para a superação das heranças da Guerra Fria na América Latina. Para tanto, buscou-se compreender as motivações, a dinâmica, os desafios e os impactos de tal processo de reaproximação nas relações regionais e sua perspectiva entre Cuba e EUA.

Desta forma, este trabalho demonstrou que uma convergência de interesses foi determinante para o início das negociações, bem como o papel mediador desempenhado pela Igreja Católica, que tem se destacado como principal interlocutora do regime cubano, e pelo governo canadense, fundamentais para tal reaproximação.

Ainda, tal processo, apesar das iniciativas de parte a parte, depende, em grande medida, da forma como serão consideradas e solucionadas as demandas

que se acumularam ao longo de anos de conflito e que são requisitos fundamentais para seu aprofundamento e efetiva normalização.

Por fim, apontou que tal continuidade depende – além do encaminhamento adequado de tais demandas – dos interesses estratégicos envolvidos e da consolidação de uma nova postura norte-americana para as questões regionais. Além disto, a dinâmica política interna em Cuba, relacionada à transição, e nos EUA, derivada do resultado do pleito presidencial em andamento, serão determinantes para a superação dos desafios.

Em suma, a retomada das relações representou o primeiro e importante passo num processo que tende a ser complexo, lento e tortuoso, mas fundamental para que a América Latina e os EUA possam instaurar uma nova dinâmica nas relações regionais, contribuindo para o desenvolvimento e a justiça social.

* Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutor em Estudos sobre Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFGD.

¹ AYERBE, L. F. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

² AYERBE, L. F. *Estados Unidos e a América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

³ AYERBE, L. F. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004; COGGIOLA, Osvaldo. *Revolução cubana: história e problemas atuais*. São Paulo, Ed. Xamã, 1998.

⁴ SMITH, W. EUA sempre rechaçam diálogo cubano, diz último embaixador norte-americano em Havana. (Entrevista). *Opera Mundi*, jornal eletrônico, 20/07/2013. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/30121/eua+sempre+rechacam+dialogo+cubano+di+z+ultimo+embaixador+norte-americano+em+havana.shtml> Acesso em: 02 de agosto de 2015.

⁵ Apesar de extensa, uma aproximação a tal debate pode ser percebida em: DELGADO, Alexander H. Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidade cubano-americana. *Revista Iberoamérica (ILARAN/Rússia)*, n. 4, 2015, p. 100-122; MORGENFELD, Leandro. Estados Unidos - Cuba: un giro histórico que impacta América Latina y Caribe. *Revista Crítica y Emancipación (CLACSO)*, n. 12, julio-diciembre, 2014, p. 103-146; consultar também a *Revista de Estudios Estratégicos, CIPI (Cuba)*, n. 3, primer semestre de 2015.

⁶ AYERBE, L. F. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004; DOMÍNGUEZ, J. I. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, Joseph; ESPACH, Ralph. *América Latina en el nuevo sistema internacional*. Barcelona: Bellaterra, 2004, p. 255-286.

⁷ Tal lógica é captada de forma abrangente pela noção de *conflito intersistêmico*, desenvolvida por Halliday, que se refere ao período como “um conflito específico das relações interestatais, no qual as formas convencionais de rivalidade – militar, política, e econômica – são legitimadas por divergências de normas políticas e sociais.” (p. 186). Além disto, vale destacar que tal conflito se estruturou a partir de três proposições: “(...) a- a rivalidade Leste-Oeste foi um produto do conflito entre dois sistemas sociais distintos; b- esta competição envolve uma dinâmica competitiva e universalizadora; e c- somente poderia ser concluída com um dos blocos prevalecendo sobre o outro. Desta forma, destaca-se que tal ordem teve um caráter específico no sistema internacional, não observada pelas teorias convencionais, em que a disputa pelo poder passava pela obtenção de uma nova homogeneidade, isto é, o conflito só poderia terminar com o predomínio de um lado e, não por convergência ou compromisso. Enquanto existisse um dos lados, a Guerra Fria não poderia terminar. E isto foi relativamente reconhecido pelos dois lados” (p. 205). HALLIDAY, Fred. *Repensando As Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

- ⁸ PECEQUILO, Cristina S.; FORNER, Clarissa Nascimento. Os EUA e Cuba: uma agenda intermestics. *Boletim Meridiano* 47, vol. 16, n. 147, janeiro-fevereiro, 2015, p. 27-33.
- ⁹ DOMÍNGUEZ, J. I. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, Joseph; ESPACH, Ralph. *América Latina en el nuevo sistema internacional*. Barcelona: Bellaterra, 2004, p. 274.
- ¹⁰ DOMÍNGUEZ, J. I. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, Joseph; ESPACH, Ralph. *América Latina en el nuevo sistema internacional*. Barcelona: Bellaterra, 2004, p. 274; ALZUGARAY TRETO, C. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. *Política Internacional*. La Habana, vol. I, n. 1, enero-julio 2003, p. 14-32.
- ¹¹ ALZUGARAY TRETO, C. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. *Política Internacional*. La Habana, vol. I, n. 1, enero-julio 2003, p. 14-32.; DOMÍNGUEZ, J. I. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, Joseph; ESPACH, Ralph. *América Latina en el nuevo sistema internacional*. Barcelona: Bellaterra, 2004, p. 255-286; SERBIN, A. Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de "actualización". In: AYERBE, L. F. (Org.). *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos*. Barcelona; Buenos Aires: Içaria; Cries, 2011.
- ¹² SMITH, W. EUA sempre rechaçam diálogo cubano, diz último embaixador norte-americano em Havana. (Entrevista). *Ópera Mundi*, jornal eletrônico, 20 e 21/07/2013, Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/30121/eua+sempre+rechacam+dialogo+cubano+di+z+ultimo+embaixador+norte-americano+em+havana.shtml> Acesso em: 02 de agosto de 2015.
- ¹³ PECEQUILO, Cristina S.; FORNER, Clarissa Nascimento. Os EUA e Cuba: uma agenda intermestics. *Boletim Meridiano* 47, vol. 16, n. 147, janeiro-fevereiro, 2015, p. 31-32.
- ¹⁴ Antes de Obama, o governador de Nova York, ao visitar Cuba, encabeçando uma missão comercial em abril de 2015, havia afirmado que: "Los 50 años de aislamiento no han funcionado. El compromiso y establecer relaciones es la mejor manera de tener un diálogo sobre las cosas en las que estamos de acuerdo y en las que no", citado em DELGADO, Alexander H. Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidade cubano-americana, *Revista Iberoamérica* (ILARAN/Rússia), n. 4, 2015, p. 113.
- ¹⁵ OBAMA, Barack. Discurso no Grande Teatro Nacional. La Habana: Granma, 23/03/2016. Disponível em: www.granma.cu Acesso em: 25/03/2016.
- ¹⁶ MORGENFELD, Leandro. Estados Unidos - Cuba: un giro histórico que impacta sobre América Latina y el Caribe. *Revista Crítica y Emancipación* (CLACSO), n. 12, julio-diciembre, 2014, p. 113-119.
- ¹⁷ SERBIN, A. Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de "actualización". In: AYERBE, L. F. (Org.). *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos*. Barcelona; Buenos Aires: Içaria; Cries, 2011.
- ¹⁸ MESA-LAGO, C. *Cuba en la era de Raúl Castro - reformas económico-sociales y sus efectos*. Madrid: Ed. Colibri, 2012.
- ¹⁹ LÓPEZ SEGRERA, Francisco. La Revolución Cubana y los desafíos de la Política Social. Contrapuntos, *El País*, 19 de septiembre de 2015. Disponível em: <http://blogs.elpais.com/contrapuntos/2015/09/la-revolucion-cubana-y-los-desafios-de-la-politica-social.html> Acesso em: 10/11/2015.
- ²⁰ Como afirmou Raul: "La actualización del modelo económico no es un milagro que pueda obrarse de la noche a la mañana, como algunos piensan; su despliegue total se logrará gradualmente en el transcurso del quinquenio, pues es mucho el trabajo de detalle, planificación y coordinación, tanto en el plano jurídico como en la preparación minuciosa de todos los que intervengan en su ejecución práctica. Estamos convencidos de que el principal enemigo que enfrentamos y enfrentaremos serán nuestras propias deficiencias y que por tanto, una tarea de tamaño dimensión para el futuro de la nación, no podrá admitir improvisaciones ni apresuramientos. No renunciaremos a hacer los cambios que hagan falta (...) los que efectuaremos al ritmo que demanden las circunstancias objetivas y siempre con el apoyo y comprensión de la ciudadanía, sin poner nunca en riesgo nuestra arma más poderosa, la unidad de la nación en torno a la Revolución y sus programas." Raúl Castro Ruz, Discurso en la clausura del VI Congreso del Partido Comunista de Cuba, GRANMA, 16 de abril de 2011.
- ²¹ DELGADO, Alexander H. Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidade cubano-americana, *Revista Iberoamérica* (ILARAN/Rússia), n. 4, 2015, p. 107.
- ²² DELGADO, Alexander H. Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidade cubano-americana, *Revista Iberoamérica* (ILARAN/Rússia), n. 4, 2015, p. 114.

²³ Declaración ante la prensa de Rodrigo Malmierca Díaz, Ministro del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera de Cuba. *Granma*, 19/03/2016. Disponível em: www.granma.cu Acesso em: 15 de maio de 2015.

²⁴ VALDÉS PAZ, Juan. Cuba-EUA. Los desafíos de la normalización. *Revista Temas*, 06/04/2016, La Habana. Disponível em: <http://temas.cult.cu> Acesso em: 17 de junho de 2015.

²⁵ MORGENFELD, Leandro. Estados Unidos - Cuba: un giro histórico que impacta sobre América Latina y el Caribe. *Revista Crítica y Emancipación* (CLACSO), n. 12, julio-diciembre, 2014, p. 135.